

consed

Proposta Consed para avanços na implementação do Novo Ensino Médio

Brasília, 03 de julho de 2023

Introdução

Conforme explicitado na [nota pública](#) divulgada em 15 de fevereiro de 2023, o Consed entende que o *Novo Ensino Médio é uma construção coletiva, cuja implementação tem sido liderada pelas redes estaduais de ensino. Em um processo conduzido pelas secretárias e secretários, com atuação marcante das equipes técnicas das secretarias, em colaboração com as equipes das escolas, especialistas de entidades parceiras públicas e privadas e sindicatos, foram construídos os novos currículos, que estão sendo implementados desde 2022.*

Paralelamente, se iniciaram as formações para os professores e desenvolvidos os itinerários formativos disponibilizados para escolha dos estudantes. Tudo isso, articulado com as normativas e resoluções criadas pelos conselhos estaduais e nacional de Educação. O que significou importante investimento financeiro, de tempo e trabalho para planejar a expansão da carga horária, inclusive com a contratação de professores e/ou extensão de carga horária.

Não é razoável pensar em descartar todo esse esforço técnico e financeiro despendido pelas redes estaduais ao longo dos últimos anos. Além de inviável, essa opção, em nenhum momento, foi considerada pelos gestores estaduais, que são os responsáveis pela etapa de ensino na rede pública. Para o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), aprimoramentos e ajustes, próprios de qualquer processo, podem e devem ser discutidos. No entanto, a revogação do Novo Ensino Médio não é o caminho para tornar essa etapa mais atrativa ao estudante.

Nesta apresentação, o Consed reitera seu compromisso e responsabilidade com a continuidade, com aperfeiçoamentos da política nacional de Ensino Médio, considerando seus principais eixos - a saber, a Formação Geral Básica estruturada nos referenciais locais, mas orientada pela BNCC; a manutenção da flexibilidade curricular e escolha do estudante; o aumento da carga horária com progressividade para oferta de ensino em tempo integral; e a manutenção da articulação com a Educação Profissional e Tecnológica. A partir de consultas e diálogos calcados em dados e evidências coletados e discutidos com os estados, foram construídos os posicionamentos e propostas que serão apresentados a seguir.

Brasília, 03 de julho de 2023

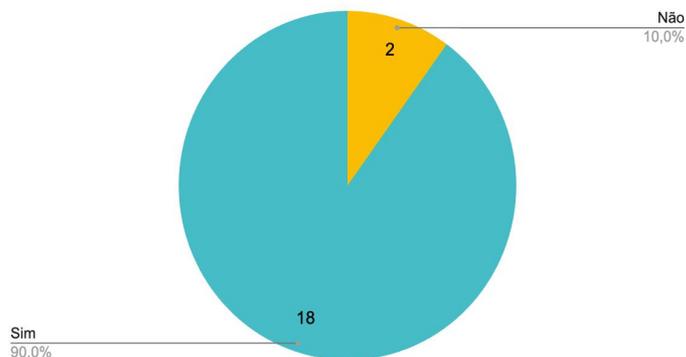
Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed

Mais tempo na escola é mais aprendizagem e chance de futuro:

A expansão da carga horária nacional da etapa, teve como consequência a contratação de mais professores e a ampliação da carga horária de muitos numa mesma escola.

consed

Professores foram contratados de 2020 para 2023 para o atendimento ao Novo Ensino Médio

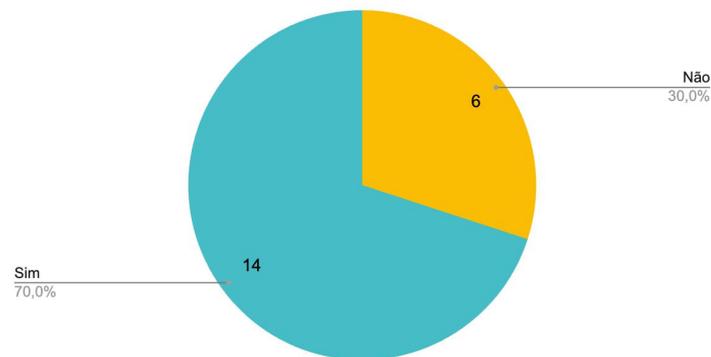


42.946

**novos professores ou mais de 10%
de crescimento**

(Considerando apenas as 20 UFs respondentes até o momento)

Professores tiveram o aumento de carga horária para atendimento ao Novo Ensino Médio entre 2020 e 2023



19.693

**professores com aumento de carga
horária**

(Considerando apenas as 20 UFs respondentes até o momento)

Os dados do Censo Escolar já reforçam esse movimento e indicam melhora no indicador de esforço docente na etapa

Quando analisamos o crescimento por UF, o aumento do corpo docente é ainda mais visível:

Alagoas (21%),

Minas Gerais e Tocantins (16%),

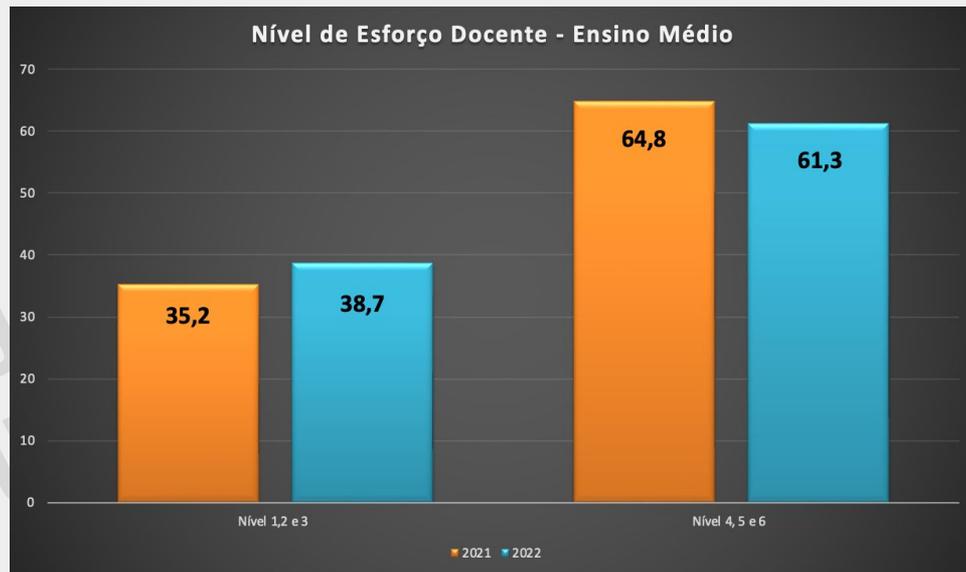
Maranhão (13%),

Goiás (10%)

São Paulo, Sergipe, Ceará e Amapá (9%)

Fonte: Censo da Educação Básica- INEP- 2022

Aqui se considera a inserção de novos CPFs pelos estados e não a ampliação da carga horária.



Temos nas redes públicas entre 2021 e 2022, um aumento da porcentagem nos níveis 1, 2 e 3 de esforço docente no Ensino Médio e uma diminuição nos níveis 4, 5 e 6.

Níveis consideram 4 variáveis: número de estudantes, número de escolas, número de turnos e número de etapas em que cada docente trabalha.

As redes estaduais avançaram na construção dos seus Itinerários Formativos e alguns dados são importantes para orientar um debate qualificado sobre o tema

302 Aprofundamentos Curriculares Propedêuticos nos catálogos das redes estaduais de ensino.

Diferente do propagado em alguns debates, não são milhares de IFs, mas 302.

Os IFs não foram criados sem uma base curricular.

Os **Referenciais Curriculares** para a elaboração dos Itinerários Formativos aparecem refletidos em todos os aprofundamentos curriculares, sendo que geralmente os **4 eixos estruturantes*** e suas habilidades são mobilizados para a proposta curricular.

**Investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural, empreendedorismo, definidos na Portaria 1.432/2018*

Os temas integradores abordados pelos Itinerários Formativos das redes são relevantes para a formação dos estudantes do Ensino Médio. Temas como Cultura e Linguagem, Mídia e Comunicação, Matemática e Trabalho, Educação Financeira, Resolução de Problemas, Sustentabilidade, Ciência e Tecnologia e juventudes são alguns dos temas que orientaram a proposta dos IFs.

Dados e evidências

Considerando a Lei 13.415|2017 e as portarias do MEC 649|2018 e 521|2021 foi desenvolvida, em 2021, pela servidora pública e pesquisadora Andressa Rocha, uma ferramenta para diagnosticar o estágio de implementação da Política Nacional de Ensino Médio em cada Unidade da Federação. Esta ferramenta conta com 37 componentes que se relacionam a três etapas para a implementação da política pelas UFs: Organizar a Mudança, Promover a Mudança e Transformar a Realidade. Os componentes analisados em cada dimensão encontram-se a seguir, assim como a forma de organização dos resultados.

Dimensão 1

ORGANIZAR A MUDANÇA

1 componente sobre a UF ter um plano de implementação (PLI) sistematizado (em forma de documento) com pelo menos 13 dimensões.

1. Plano de Implementação
- A. princípios, premissas e metas a serem alcançadas;
- B. arquitetura da oferta;
- C. governança;
- D. estudos e diagnósticos (sobre a oferta docente, a infraestrutura, o transporte escolar, a alimentação escolar, a vigilância escolar, as potenciais parcerias, as expectativas da comunidade escolar, as expectativas do mundo do trabalho e os aprendizados com a realização de pilotos);
- E. (re)elaboração do currículo;
- F. materiais didáticos;
- G. formação continuada de profissional da educação;
- H. infraestrutura e suporte;
- I. tecnologia da informação;
- J. parcerias;
- K. comunicação e mobilização;
- L. normativas;
- M. cronograma físico-financeiro

Dimensão 2

PROMOVER A MUDANÇA

19 componentes que avaliam se a UF está conseguindo colocar em curso as ações planejadas

GERIR A MUDANÇA: 6 PERGUNTAS

2. Governança
 3. Visão de Futuro, Princípios, Premissas e Metas
 4. Comunicação e Mobilização
 5. Normativas/regulamentações
 6. Cronograma
 7. Parcerias
- #### ADEQUAR O ENSINO: 7 PERGUNTAS
8. Currículo
 9. Matrizes Curriculares (desdobrada por modalidade)
 10. Arquitetura da Oferta
 11. PPP das Escolas
 12. Materiais Didáticos (desdobrada por modalidade)
 13. Avaliações (desdobrada em interna e externa)
 14. Formações (desdobrada por público)
- #### AJUSTAR O SUPORTE: 6 PERGUNTAS
15. Infraestrutura Predial Escolar
 16. Alimentação Escolar
 17. Transporte Escolar
 18. Vigilância Escolar
 19. Sistemas Informatizados
 20. Internet

Dimensão 3

TRANSFORMAR A REALIDADE

17 componetes sobre resultados de acesso, permanência e aprendizagem.

REDE ESTADUAL: 15 PERGUNTAS

21. Carga Horária 1000 horas (Escolas)
 22. Carga Horária 1000 horas (Estudantes)
 23. Carga Horária 1400 horas (Escolas)
 24. Carga Horária 1400 horas (Estudantes)
 25. % estudantes com 02 Itinerários formativos ou mais
 26. % escolas de EM com oferta de 02 Itinerários formativos ou mais
 27. % escolas de EM com itinerários formativos técnico profissional
 28. % meninos e meninas com acesso a 02 itinerários formativos ou mais
 29. % estudantes de EM do campo com acesso ao Novo Ensino Médio
 30. % estudantes de EM indígena com acesso ao Novo Ensino Médio
 31. % estudantes de EM quilombola com acesso ao Novo Ensino Médio
 32. % estudantes de EM noturno e EJA com acesso ao Novo Ensino Médio
 33. % de permanência escolar dos estudantes
 34. % de aprovação escolar da rede
 35. IDEB do Ensino Médio da Rede Estadual
- #### TERRITÓRIO: 2 PERGUNTAS
36. % jovens 15 a 17 anos matriculados no EM
 37. % população de 19 anos com EM completo

INTERPRETAÇÃO DA PONTUAÇÃO

- O conjunto de ações tem uma pontuação atribuída que classifica a UF em um dos quatro níveis de da implementação.
- Não se espera que a UF já esteja com o máximo de pontos em 2022, em consonância com a legislação vigente;
- A pontuação esperada no período de coleta de informações (final de 2022 e início de 2023) seria equivalente ao Nível 3, ou seja, igual ou maior que 500 pontos.



Dados e evidências

Todas as UFs foram convidadas a participar das duas rodadas de aplicação da ferramenta.

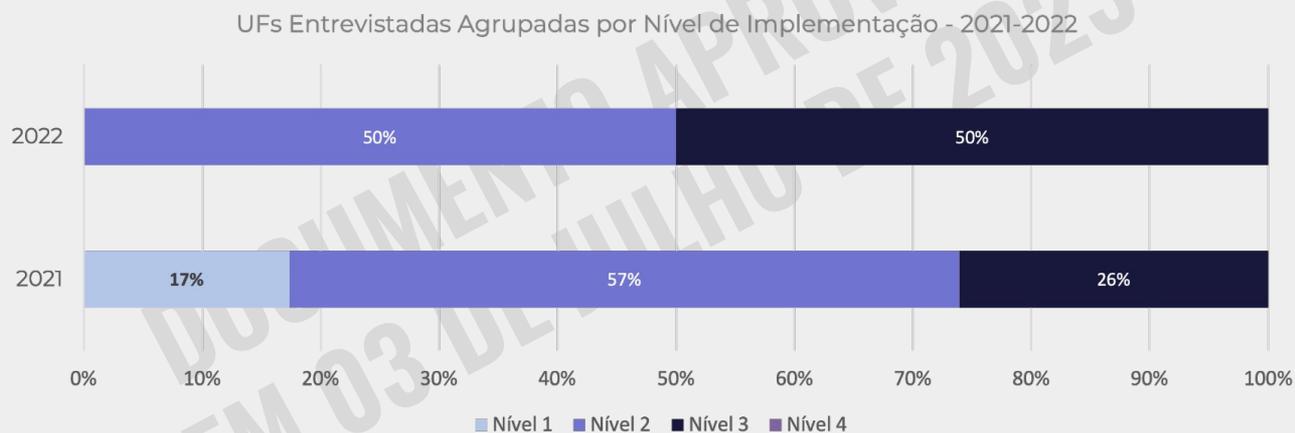
- 1a rodada (entre setembro de 2021 e fevereiro de 2022): 23 UFs participantes
- 2a rodada (coletas realizadas entre dezembro de 2022 e junho de 2023): 18 UFs participantes.
- Apenas 2 UFs ainda não participaram da aplicação tanto em 2021 quanto em 2022;

Os resultados da pesquisa advém sobretudo de informações declaratórias por parte dos representantes de cada UF que concederam entrevista à pesquisadora. Aconteceu também a análise de documentos encaminhados pela UF para resposta a algumas questões do instrumento, bem como o levantamento e análise de informações extraídas de bases de dados secundárias (Ex: MEC, INEP, IBGE).

Devolutivas individualizadas foram dadas a cada UF, de maneira que o levantamento dos principais desafios enfrentados na implementação pudessem ser endereçados pela gestão.

Alguns dos principais resultados serão apresentados a seguir.

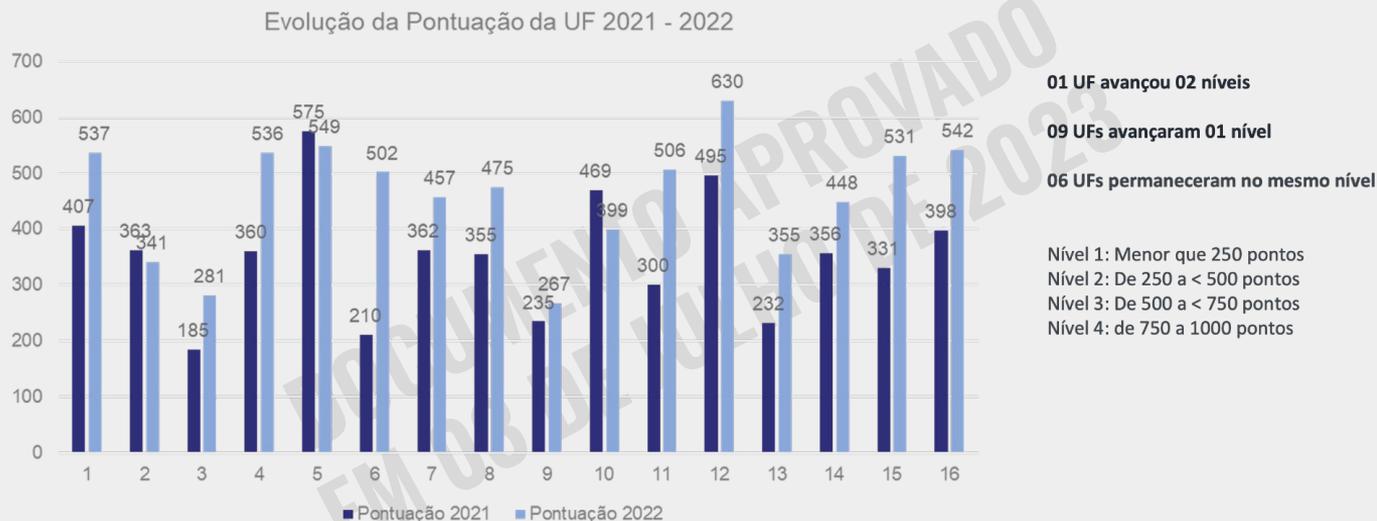
NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS UFs 2021-2022



Observações:

- 6 UFs no nível 3 de implementação em 2021 não participaram da aplicação do instrumento em 2022 (embora todas tenham sido convidadas). Considerando a não existência de retrocessos substanciais na implementação entre 2021 e 2022 a proporção de UFs no nível 3 pode ser bem maior que o apurado nas 18 UFs entrevistadas.
- Além disso, não se registrou na aplicação de 2022 UFs no nível 1 de implementação. Considerando que todas que ocupavam esse lugar em 2021 participaram das entrevistas em 2022 é possível que não existam mais UFs nesta situação no país.

NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS UFs PARTICIPANTES EM 2021 E 2022



Estes resultados poderão ser alterados com a finalização da rodada atual de monitoramento em 30/07/2023.

Dados e evidências - necessidade de apoio

consed

Segundo a COGEM|MEC, apenas metade das UFs contava com **cronogramas físico-financeiros** estruturados. Essa ferramenta de planejamento é essencial, uma vez que identifica as ações que devem ser desenvolvidas ao longo do tempo; seus responsáveis; os custos estimados; os produtos gerados; a relação de dependência entre atividades. (Fonte: [Caderno Técnico Volume 3: Análise e sistematização dos planos de implementação do Novo Ensino Médio das 27 Unidades Federativas](#) - Dez/2022)

"A implementação de um plano de **comunicação** aparece ainda como um desafio para boa parte das UFs. Em geral, as UFs contam com planejamentos muito genéricos sobre o assunto, com detalhamento de ações no curto prazo, sem clara segmentação por público a ser alcançado e cronograma associado. Poucas contam, por exemplo, com sites que concentram informações acerca da implementação, o que facilitaria o acesso a públicos interessados no assunto."

"As **formações** voltadas para professores, gestores e técnicos acerca da implementação do novo ensino médio na rede também avançaram em 2022 com relação à 2021, mas seguem como ponto de atenção. Durante as entrevistas chamou a atenção o desconhecimento dos gestores acerca de números sobre o assunto. Essa foi uma questão que quase sempre requereu levantamento pós-entrevista para envio das informações, o que pode indicar baixo nível de monitoramento do tema em nível local. A oferta de formações EAD (por meio de YouTube, por exemplo) foi indicado como um dos elementos que dificultava mensurar os públicos já alcançados por formações."

Dados e evidências - mensagens

As principais mensagens chave que norteiam o posicionamento e as propostas do Consed para o Ensino Médio são:

- A implementação da política nacional de **Ensino Médio está acontecendo em todo o Brasil.**
- **A implementação avançou** na ampla maioria dos Estados **entre 2021 e 2022.**
- Embora a implementação esteja caminhando, **há inúmeros desafios.**
- Os desafios encontrados são **relevantes**, muitos são **antigos** - e são **superáveis.**
- Para superar os desafios, será essencial o **apoio técnico e financeiro** do MEC aos Estados, assim como um robusto **monitoramento e coordenação nacional** - além de **políticas que vão além da arquitetura curricular**, para a superação dos principais desafios da etapa.
- **O caminho é para frente**, progressivamente.
- O Consed segue comprometido com a implementação da política.

Histórico da consulta aos estados em 2023

Consed realizou consultas e diálogos sobre **desafios para implementação do Novo Ensino Médio** entre os meses de Abril e Junho/2023. Os estados construíram em conjunto propostas para avanços da reforma.

Formulário aplicado em Abril/2023

Tema: diagnóstico sobre estágio da implementação do Novo Ensino Médio - Secretários

Formulário aplicado em Maio/2023

Tema: diagnóstico sobre estágio da implementação do Novo Ensino Médio - Coordenadores

Formulário aplicado em Junho/2023

Tema: levantamento de sugestões para aperfeiçoamento da implementação do Novo Ensino Médio

Encontro GT Avaliação e Ensino Médio 19 e 20 de junho/2023

Tema: elaboração da proposta Consed para avanços na implementação do Novo Ensino Médio

Reunião GT Avaliação e Ensino Médio 29 de junho/2023

Tema: apresentação e validação da proposta Consed para avanços na implementação do Novo Ensino Médio

Premissas a serem mantidas em uma revisão

Manutenção da flexibilidade curricular e escolha do estudante

Manutenção da articulação com a Educação Profissional e Tecnológica

Formação Geral Básica estruturada nos referenciais locais, mas orientada pela BNCC

Projeto de Vida como estruturante da proposta pedagógica

Aumento da carga horária com progressividade para oferta de ensino em tempo integral

Relação dos Anos Finais com o Ensino Médio

Revisão de Avaliações (ENEM/SAEB) de acordo com as diretrizes da reforma do EM

Consulta Pública: Posicionamento Consed



Visão geral

QUESTÃO	PROPOSIÇÃO	POSICIONAMENTO
1	1.1 Diretrizes EM Noturno e EJA 1.2 Educação Integral	1.1 Elaboração de orientações para organização da oferta do EM Noturno e EJA em parceria com o Consed, preservando autonomia das redes para planejamento e oferta. 1.2 Elaboração de diretrizes para Educação Integral e Educação em tempo integral em parceria com o Consed.
2	2.1 Ajustes Carga Horária 2.2 Arranjo específico EPT	2.1 Criação de 300 horas ajustáveis, dentro da carga horária dos IFs, que podem ser utilizadas em temas como recomposição de aprendizagens, estudos orientados e outros componentes mais relacionados à FGB, a critério dos sistemas de ensino, sem prejuízo da flexibilização e de ao menos 900 horas para oferta de IF; 2.2 Flexibilizar os processos de aproveitamento de estudos para estudantes que cursam habilitações de EPT com mais de 900 horas ou possibilitar formas alternativas de cursar a FGB.
3	3.1 Especificar componentes da Formação Geral Básica	3.1. Contrário à proposição, pois ela compromete o espírito da BNCC de integração por área do conhecimento e não endereça desafios relevantes para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na parte comum do currículo.
4	4.1 Parâmetros para IFs 4.2 Repositório de IFs exemplares	4.1 Elaboração conjunta com o Consed de "Base dos Itinerários Formativos", partindo dos Referenciais para Elaboração dos IFs e de IFs exemplares produzidos pelas UFs. 4.2 De acordo e incluindo a participação do Consed para curadoria junto ao MEC.
5	5.1. FGB exclusivamente no formato presencial	5.1. Manutenção da possibilidade de oferta EaD, preferencialmente, para Itinerários Formativos com critérios de oferta definidos pelos sistemas de ensino.
6	6.1. Restrição de atuação de profissionais com notório saber à formação técnica e profissional.	6.1. Manutenção de atuação de profissionais com notório saber, exclusivamente, para formação técnica e profissional.

Consulta Pública: Posicionamento Consed



Visão geral

QUESTÃO	PROPOSIÇÃO	POSICIONAMENTO
7	7.1. Orientações específicas para estudantes de EM do campo, quilombolas, indígenas, jovens ribeirinhos, jovens com deficiência e outros públicos não hegemônicos.	7.1. Elaboração de orientações específicas em parceria com o Consed e preservando autonomia das redes para planejamento e oferta.
8	8.1. Parâmetros mínimos de qualidade para infraestrutura das escolas.	8.1. Há necessidade de investimentos para melhoria da infraestrutura das escolas independentemente da oferta. Propor “parâmetros mínimos” (para a diversidade de cenários e realidades educacionais e escolares do Brasil como pré-requisito para implementação da reforma inviabiliza sua implementação. Quaisquer parâmetros mínimos de qualidade devem ser estabelecidos a partir de um plano nacional de investimentos suficientes para alcançá-los, estruturado em regime de colaboração.
9	9.1. Formação inicial 9.2. Formação continuada	9.1. Apoio para reorganização e regulamentação dos cursos de licenciatura para promover formação interdisciplinar. 9.2. Formação continuada: apoio do MEC para oferta de cursos elaborados conjuntamente com Consed e para financiamento de ações formativas promovidas pelas redes.
10	10.1. ENEM	10.1 Segue o definido na Resolução 3/2018: FGB no primeiro dia e IF no segundo dia com escolha pelo estudante
11	11.1. Indicadores de Qualidade da Educação	11.1 Criação de instrumento nacional de acompanhamento da implantação.

Consulta Pública: Posicionamento Consed



Questão I

I) Atualmente, a Lei determina um tempo de 5h por dia (ou 1000 horas por ano) como carga horária mínima do Ensino Médio. Progressivamente, deve-se alcançar o total de 4.200 horas, no mínimo. A expansão das matrículas em tempo integral é uma premissa importante, todavia, é importante que sejam definidas:

- *Formas de atendimento dos estudantes do ensino médio noturno e da Educação de Jovens e Adultos que não produzam a exclusão escolar e que favoreçam sua permanência na escola.*
- *Orientações curriculares capazes de associar a expansão da jornada a uma concepção de educação integral comprometida com o desenvolvimento global dos estudantes.*

Proposta Consed:

- Elaboração de orientações para organização da oferta do EM Noturno e EJA em parceria com o Consed e preservando autonomia das redes para planejamento e oferta.
- Elaboração de diretrizes para Educação Integral em parceria com o Consed e preservando autonomia das redes para planejamento e oferta.
- Elaboração de diretrizes para Educação em tempo integral em parceria com o Consed e preservando autonomia das redes para planejamento e oferta.

Resposta Consed à consulta pública

Questão II

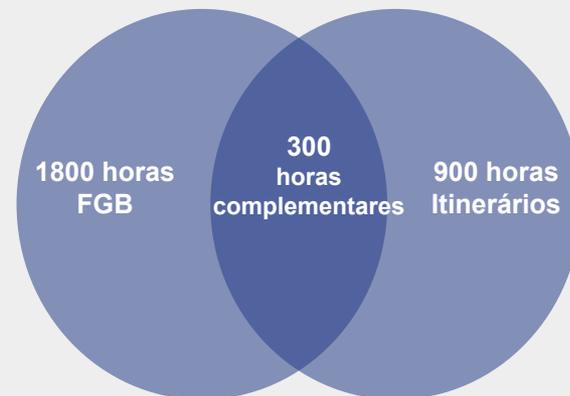
II) A Formação Geral Básica, que é ofertada a todos os estudantes foi limitada a 1.800 horas do total da carga horária do ensino médio. Para as outras 1200 horas, o que se propõe é um conjunto flexível de disciplinas, compondo itinerários formativos por área de conhecimento, na perspectiva de acolher interesses, necessidades e escolhas dos jovens. Na análise da implementação vivida até aqui, há evidências de que esse arranjo possa estar gerando um comprometimento da Formação Geral Básica dos jovens, assim, seria importante:

- Estender o tempo destinado à formação geral básica dos estudantes, alcançando a proporção de, no mínimo, 70% do tempo destinado ao Ensino Médio de tempo parcial (2.100 horas).
- Permitir arranjos específicos para a oferta de itinerários ligados à formação técnica e profissional que exijam, para certificação, uma carga horária superior a 900 horas.

Proposta Consed:

- **Formação Geral Básica:** manutenção de 1.800 horas para BNCC
- **Itinerários Formativos:** manutenção de 1.200 horas, das quais 300 horas ajustáveis, sendo permitida a utilização de acordo com necessidades estabelecidas pela secretaria.

Encaminhamento legal: Alteração do Artigo 12º da Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018 - DCN-EM: *Art. 12. A partir das áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional, os itinerários formativos devem ser organizados: (...) Parágrafo 1º: Das 1200h para os IF, 300h podem ser ajustadas pelas redes para atender especificidades locais, desde que garantidas pelo menos 900 h para os IF.* Demais parágrafos parágrafos ficam como estão e se ajusta a numeração.



Resposta Consed à consulta pública

Questão III

III) Embora a tradição legislativa brasileira, no campo da Educação, seja delegar aos Estados e Municípios, a composição dos componentes curriculares que será ofertada na Educação Básica, certas disciplinas do currículo apareciam, no cenário anterior à Reforma, como obrigatórias na perspectiva de garantir que os estudantes tivessem acesso a determinadas ciências que nem sempre marcavam presença no Ensino Médio. A Lei 13.415/2017 definiu a obrigatoriedade de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa, por exemplo, ao mesmo tempo em que modificou a expressão “disciplinas de sociologia e filosofia” para “estudos e práticas de sociologia e filosofia”. É preciso equalizar essa situação, de modo a:

- Definir, à luz da BNCC, que a área curricular de ciências humanas e sociais aplicadas deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Sociologia, Filosofia, História e Geografia, com oferta obrigatória no Ensino Médio.
- Definir, à luz da BNCC, que a área curricular de ciências da natureza e suas tecnologias, deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Biologia, Química e Física.
- Definir, à luz da BNCC, que a área curricular de Linguagens e suas tecnologias deverá ser composta, no mínimo, pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física.

Proposta Consed:

A definição dos componentes curriculares e a distribuição da carga horária entre eles deve ser de competência de cada rede de ensino. Os componentes citados na proposição, e também a Matemática, já têm suas aprendizagens essenciais obrigatórias para todos, uma vez que constam na BNCC da etapa do Ensino Médio. Esta promove a integração dos saberes, explicitando o que os estudantes devem saber fazer de maneira integrada. **Definir componentes compromete o espírito da BNCC de integração por área do conhecimento e não endereça desafios relevantes para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na parte comum do currículo do Ensino Médio, mas apenas engessa as possibilidades de planejamento e gestão das redes de ensino.**

A autonomia das redes para organização e oferta dos componentes curriculares deve ser assegurada, **sendo inexistente qualquer impedimento para que estas ofertem os componentes curriculares mencionados.**

Resposta Consed à consulta pública

Questão IV

IV) A flexibilização curricular do ensino médio é uma proposta importante, presente no debate de gestão pública há algumas décadas. Há casos de boas práticas em nível internacional e nacional, todavia, os processos de flexibilização curricular requerem cuidado sobretudo em contextos em que há forte desigualdade, caso em que esta pode produzir mais desigualdades e prejudicar os estudantes que estão mais vulneráveis. A implementação, ainda que incompleta, do Novo Ensino Médio, aponta esse risco. Assim, seria importante:

- Estabelecer parâmetros mais detalhados para a proposição e inclusão das disciplinas eletivas no currículo do ensino médio
- Construir, de maneira colaborativa, em parceria com as redes estaduais, repositórios para o compartilhamento e aprendizagem cruzada em torno da flexibilização curricular

Proposta Consed:

Elaboração de **Base dos Itinerários Formativos** para reforçar o uso de um orientador comum nacional que mitigue a desigualdade entre as redes na parte dos IFs. A Base deve ser definida em comissão representativa, incluindo obrigatoriamente o Consed. Este documento orientará a readequação da produção dos IF, formação inicial e continuada de professores, matriz do ENEM e do SAEB, e regras do PNLD. Essa base deve partir dos "Referenciais para Elaboração dos IFs" (que orientaram a construção dos IFs por todas as redes estaduais de ensino no Brasil) e de IFs exemplares produzidos pelas UFs.

Resposta Consed à consulta pública

Questão V

V) No Brasil, a oferta da educação básica regular acontece, tradicionalmente, de forma presencial, mesmo quando se mobilizam algumas tecnologias de informação e comunicação. Durante o período de restrições impostas pela Pandemia de Covid-19, o Brasil experimentou a oferta de situações de aprendizagem não-presencial e parte dessas experiências foi mantida no retorno às aulas presenciais. O texto da Lei nº 13.415, de 2017, abre a possibilidade de reconhecer aprendizagens realizadas em EaD para integralização curricular. Se, para os itinerários formativos essa composição pode trazer, em certas experiências, possibilidades interessantes, no caso da Formação Geral Básica há sério risco de comprometimento das aprendizagens, sobretudo para os estudantes que não dispõem, fora da escola, de condições objetivas para situações de mediação à distância e estudo autônomo fora da escola. Assim, é importante:

• Definir que a Formação Geral Básica - FGB deve ser feita exclusivamente na modalidade presencial.

Proposta Consed:

Devido à premissa de preservação da autonomia dos estados e a diversidade de contextos de cada rede, faz-se necessária a **manutenção da possibilidade de oferta EaD, preferencialmente para Itinerários Formativos**, conforme estabelecido no Artigo 17º da Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018 - DCN Ensino Médio. **Os critérios específicos de oferta EaD devem ser definidos pelos sistemas de ensino.**

De acordo com dados consolidados pelas informações dos conselhos estaduais de educação, 24 UFs já elaboraram regulamentações para orientar o planejamento e oferta da EaD no Ensino Médio. Vale ressaltar que **as regulamentações estaduais têm reforçado a garantia (definida pelo CNE) do acompanhamento e a coordenação das atividades a distância por docente da instituição educacional onde o estudante está matriculado.**

Resposta Consed à consulta pública

Questão VI

VI) A oferta da educação técnica e profissional dentro do ensino médio traz importantes desafios. Um, é formação pedagógica dos docentes, visto que os professores das áreas técnico-profissionais têm situações muito variadas quanto à formação em licenciatura, embora tenham conhecimento aprofundado de sua área profissional. Permitir que esses profissionais possam atuar como professores da educação técnica e profissional, com um processo de reconhecimento do notório saber é uma possibilidade trazida pela reforma do ensino médio. Todavia, para evitar que essa solução seja utilizada de formas incoerentes com esse princípio, seria importante:

- *Estabelecer parâmetros mais detalhados para a possibilidade de utilização do reconhecimento de notório saber como critério de alocação de profissional para docência no ensino médio, restringindo o dispositivo aos componentes curriculares afeitos à formação técnica e profissional.*

Proposta Consed:

Não há necessidade de alteração legal nem de parâmetros mais detalhados para o Notório Saber. O Consed propõe a manutenção da possibilidade de atuação de profissionais com notório saber **exclusivamente para formação técnica e profissional**, conforme já está estabelecido pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e detalhado pela Resolução Número 3 de 2018 do CNE (DCN EM). Faz-se necessário monitoramento para avaliação de impacto deste dispositivo.

As regulamentações e processos específicos de reconhecimento de Notório Saber devem ser definidos pelos sistemas de ensino por meio de seus Conselhos Estaduais ou Distrital de Educação. Vale ressaltar que a maioria das UFs já publicou regulamentações para o Notório Saber, **deixando clara a sua exclusividade de uso no caso do IF de EPT (conforme a autorização da Lei e do CNE).**

Resposta Consed à consulta pública

Questão VII

VII) Estudantes do campo, quilombolas, indígenas, jovens ribeirinhos, jovens com deficiência e outros públicos não hegemônicos enfrentam o desafio de acessar e permanecer no ensino médio em condições de desigualdade estrutural. O modelo proposto pela reforma do Ensino Médio delegou aos estados a definição das formas pelas quais esses públicos seriam incluídos nas transformações propostas. Esse processo aconteceu de forma heterogênea e desigual, introduzindo camadas adicionais de estratificação da oferta e do atendimento educacional. Desse modo, é importante:

- Estabelecer orientações operacionais específicas para a oferta do ensino médio para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência e outros públicos não-hegemônicos, de forma a assegurar equidade educacional nesta etapa da educação básica.

Proposta Consed:

Elaboração de orientações específicas para a organização da oferta do Ensino Médio para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência e outros públicos não-hegemônicos, com o MEC oferecendo suporte às redes no planejamento e implementação destas ofertas, bem como apoio técnico-financeiro. **No entanto, qualquer orientação deve preservar a autonomia das redes para que definam os parâmetros operacionais e concepções destas ofertas.**

Resposta Consed à consulta pública

Questão VIII

VIII) Parte das transformações propostas no Novo Ensino Médio dependem da melhoria substancial das condições de infraestrutura física e pedagógica das escolas. Tal processo tem sido liderado pelas redes estaduais de ensino, com diferentes graus de velocidade e capacidade de execução. Nesse contexto, o esforço que precisamos fazer para tornar as escolas de ensino médio em ambientes potentes de aprendizagem deve considerar:

- A definição de parâmetros mínimos de qualidade da infraestrutura física e pedagógica das escolas
- A construção de uma política de investimentos articulada, unindo o governo federal e os governos estaduais, para melhorar os prédios escolares existentes e disponibilizar recursos pedagógicos e de tecnologia.

Proposta Consed:

Há necessidade de investimentos para melhoria da infraestrutura das escolas independentemente da oferta. Esta infraestrutura já se encontrava em situação desafiadora para atendimento aos estudantes do Ensino Médio em momento anterior à reforma. **O Consed entende que propor “parâmetros mínimos” (iniciais ou básicos) para a diversidade de cenários e realidades educacionais e escolares do Brasil como pré-requisito para implementação da reforma inviabiliza sua implementação.** Quaisquer parâmetros mínimos de qualidade devem ser estabelecidos a partir de um **plano nacional de investimentos suficientes para alcançá-los, estruturado em regime de colaboração.**

Resposta Consed à consulta pública

Questão IX

IX) Um ponto crucial é a formação inicial e continuada de professores e gestores educacionais. Desde a formação inicial, nos cursos de licenciatura, até a formação permanente ou continuada, realizada pelos sistemas de ensino, os princípios, a concepção pedagógica, as práticas de ensino inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas e os processos de avaliação formativa são elementos fundamentais do processo de desenvolvimento profissional dos docentes. Assim, seria importante:

- *Reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores, nas faculdades de educação.*
- *Orientar a formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar de modo convergente à organização do ensino médio por área de conhecimento.*
- *Construir, a partir da articulação entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Estado da Educação e as Instituições de Ensino Superior, um programa de formação continuada especial para professores e gestores que atuam no ensino médio.*

Proposta Consed:

Formação inicial: Há necessidade de reorganizar as regras que definem como devem ser os cursos de licenciatura para a formação de professores e gestores, nas faculdades de educação e orientação à formação dos professores nos cursos de licenciatura numa lógica interdisciplinar. Esta regulamentação deve ser elaborada de maneira alinhada a medidas que promovam execução das alterações.

Formação continuada: há necessidade de apoio do MEC para oferta de cursos elaborados conjuntamente com Consed e para financiamento de ações formativas promovidas pelas redes.

Resposta Consed à consulta pública

Questão X

X) As transformações no Ensino Médio exigiram também uma reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Essa é uma dimensão complexa da política porque impacta diretamente a equidade e a justiça no acesso ao ensino superior. Considerando que se trata de uma avaliação nacional, é importante que os conteúdos, habilidades e competências avaliadas tenham uma referência comum. Nesse sentido, é importante que:

- A Matriz de Avaliação do Enem seja organizada a partir do que está estabelecido na Base Nacional Comum Curricular para a Formação Geral Básica e habilidades essenciais para o sucesso na educação superior.

Proposta Consed:

A reestruturação do Enem não deve se limitar à adequação da Matriz de Avaliação à Base Nacional Comum Curricular para a Formação Geral Básica, **mas deve também contemplar os itinerários formativos (área do conhecimento, integrado e EPT) que os estudantes escolheram no novo ensino médio**. Esses itinerários representam a diversidade de interesses, aptidões e projetos de vida dos jovens, e devem ser valorizados como parte integrante da sua formação e, conseqüentemente, como critério para acesso ao Ensino Superior.

ENEM - 1º dia

Avaliação com itens por área do conhecimento para avaliação da **Formação Geral Básica**, destinada à **avaliação do Ensino Médio e redação**.

Resposta Consed à consulta pública

Questão X

X) As transformações no Ensino Médio exigiram também uma reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Essa é uma dimensão complexa da política porque impacta diretamente a equidade e a justiça no acesso ao ensino superior. Considerando que se trata de uma avaliação nacional, é importante que os conteúdos, habilidades e competências avaliadas tenham uma referência comum. Nesse sentido, é importante que:

- *A Matriz de Avaliação do Enem seja organizada a partir do que está estabelecido na Base Nacional Comum Curricular para a Formação Geral Básica e habilidades essenciais para o sucesso na educação superior.*

Proposta Consed:

A reestruturação do Enem não deve se limitar à adequação da Matriz de Avaliação à Base Nacional Comum Curricular para a Formação Geral Básica, **mas deve também contemplar os itinerários formativos (área do conhecimento, integrado e EPT) que os estudantes escolheram no novo ensino médio.** Esses itinerários representam a diversidade de interesses, aptidões e projetos de vida dos jovens, e devem ser valorizados como parte integrante da sua formação e, conseqüentemente, como critério para acesso ao Ensino Superior.

ENEM - 2º dia

Referenciais curriculares para elaboração dos IF / Base dos IF

Eixo 1) Investigação científica

Eixo 2) Processos criativos

Eixo 3) Mediação e
intervenção sociocultural

Eixo 4) Empreendedorismo

Parâmetros de avaliação. Exemplos: I) Leitura e pensamento crítico e II) Matemática e resolução de problemas

A partir de 2024, 2º dia de avaliação do ENEM, deve seguir princípio de elegibilidade, de acordo com aprofundamento curricular escolhido - área de conhecimento, integrado ou EPT.

Resposta Consed à consulta pública

consed

Questão X

SAEB:

Mudança a partir de 2025:

- Possibilidade de utilização dos resultados da avaliação ENEM - 1º dia, desde que garantida a participação censitária, com suporte logístico garantido a todos os estudantes;
- Avaliar a implementação da base dos Itinerários, com o objetivo de monitorar a política do Novo Ensino Médio.

DOCUMENTO APROVADO
EM 03 DE JULHO DE 2023

Resposta Consed à consulta pública

Questão XI

XI) Processos de avaliação institucional participativa da qualidade da oferta educativa são instrumentos bastante consistentes de melhoria contínua dos sistemas de ensino. No Brasil, uma tradição importante nesta agenda são os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade do Ensino Fundamental. Esses instrumentos, nascidos da conjunção de esforços do governo com a sociedade civil avançaram no último quadriênio com a proposição dos Indicadores de Qualidade do Ensino Médio, parceria liderada pelo Unicef com a organização não-governamental Ação Educativa, o Ministério da Educação e o Inep. Na perspectiva de apoiar o processo de melhoria contínua da oferta do ensino médio, seria interessante:

- Disponibilizar a metodologia e “Indicadores de Qualidade da Educação – Ensino Médio” para uso dos sistemas de ensino e das escolas.
- Oferecer formação para a utilização da metodologia, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação.

Proposta Consed:

A avaliação institucional participativa é uma ferramenta poderosa para identificar áreas educacionais que precisam ser melhoradas e para orientar a tomada de decisões dos gestores escolares. A metodologia de utilização dos dados de monitoramento é crucial para garantir que as informações coletadas sejam usadas de forma eficaz na implementação da política educacional. Nesse sentido, o Consed entende que a proposição apresentada é uma medida importante para apoiar o processo de melhoria contínua da oferta do ensino médio no Brasil. A disponibilização da metodologia e dos indicadores, juntamente com a formação para sua utilização e o apoio do Consed, pode ajudar a garantir que a avaliação institucional participativa seja implementada de forma efetiva em todo o país.

consed